PORTARIA CONJUNTA Nº 2/2008
(Revogada pela [Portaria Conjunta nº 3/PR-TJMG/2018](#))

Dispõe sobre a transmissão do alvará de soltura por meio eletrônico.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, o SECRETÁRIO DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL e o CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições e competências, consoante o disposto na [Lei 11.419](#), de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, os artigos 15 e 23 da [Lei Complementar nº 59](#), de 18 de janeiro de 2001, com as alterações da [Lei Complementar nº 85](#), de 28 de dezembro de 2005, c/c o artigo 16, inciso XIV, da [Resolução nº 420](#), de 1º de agosto de 2003, com as alterações da [Resolução nº 530](#), de 5 de março de 2007 - [Regimento Interno do Tribunal de Justiça](#),

CONSIDERANDO que o “Sistema Hermes - Malote Digital” constitui meio de comunicação eletrônica, estruturado, computacionalmente, com “software” livre, destinado ao envio e recebimento de documentos administrativos, que o habilita ao atendimento de comunicação eletrônica ágil, segura, simplificada, de menor custo para troca de documentos, dentre os quais os que representem atividades mesmo jurisdicionais do Poder Judiciário de Minas Gerais que tenham repercussão no âmbito do Sistema de Defesa Social;

CONSIDERANDO que o “Sistema Hermes - Malote Digital” contém recursos de segurança da informação - assinatura digital e criptografia de armazenamento e tráfego de sinais eletrônicos - que permitem seu emprego no cumprimento seguro de ordens judiciais (alvarás) de soltura, em conformidade com a [Lei federal nº 11.419](#), de 2006, medida que reduz percalços administrativos para restituição do “status libertatis” aos que hajam-no obtido judicialmente,

PROVEÊM:

Art. 1º. O alvará de soltura será transmitido por meio eletrônico, através do “Sistema Hermes - Malote Digital”, à unidade prisional indicada pela Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS ou pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, observado o disposto na legislação penal, garantidos a autenticação, a segurança e o armazenamento das informações.

§ 1º. O procedimento para encaminhamento dos alvarás de soltura por transmissão eletrônica, através do “Sistema Hermes - Malote Digital”, será implantado primeiramente na Comarca de Belo Horizonte, na Vara de Execuções Criminais, no dia 24 de junho de 2008.

§ 2º. Nas demais Comarcas do Estado de Minas Gerais a transmissão eletrônica do alvará de soltura será realizada quando foram implementadas as condições e medidas operacionais cabíveis.

Art. 2º. Na Comarca de Belo Horizonte, o sinal eletrônico contendo a ordem judicial de soltura terá, como origem, sítio e terminal computacional de transmissão da Vara Criminal do juízo expedidor do alvará, e, como primeiro destino, sítio e respectivo terminal computacional do Setor de Arquivos e Informações - SETARIN, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. O SETARIN, do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais se incumbirá, no âmbito de atuação do Poder Executivo estadual, de conferir os dados de identificação do beneficiário inseridos no comando eletrônico judicial e verificar a existência de outros mandados de prisão porventura existentes e ainda pendentes de cumprimento, cabendo-lhe a aposição, imediata, no alvará eletrônico, de despacho administrativo de conferência dos dados, e encaminhamento à unidade prisional de recolhimento do beneficiário, cujo sítio e respectivo terminal computacional constituem o destino final do alvará de soltura.

Art. 3º. A expedição do alvará de soltura eletrônico considerar-se-á ultimada com o envio, pelo juízo de origem, do sinal eletrônico ao sítio e terminal computacional do SETARIN, e com a recepção, no mesmo juízo, de comprovante eletrônico de seu recebimento por aquele órgão.

Parágrafo único. O comprovante eletrônico deverá ser armazenado no banco de dados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em ambiente eletrônico do “Sistema Hermes” e em correspondência com a ordem expedida, lavrando-se, nos autos físicos equivalentes, certidão da expedição.

Art. 4º. O cumprimento do alvará de soltura considerar-se-á realizado com a expedição do comprovante de seu recebimento, pelo sítio e terminal computacional do estabelecimento prisional de destino.

Art. 5º. Na impossibilidade de transmissão do alvará de soltura por meio eletrônico, da origem ao destino final especificado no art. 2º desta Portaria-Conjunta - por indisponibilidade do sistema eletrônico ou por causa técnica outra - ou, ainda, quando positivado, pelo SETARIN, defeito de identificação do beneficiário da ordem judicial, adotar-se-á a sistemática convencional de expedição e cumprimento da ordem judicial prevista nos arts. 249 a 255 do [Provimento nº 161](#), de 1º de setembro de 2006, da Corregedoria-Geral de Justiça.

Art. 6º. O alvará de soltura será assinado digitalmente e seu tráfego será criptografado, desde a origem, pela autoridade judiciária do juízo expedidor, com uso de recurso criptográfico objeto de certificado expedido por autoridade credenciada pela ICP-Brasil, nos termos previstos na [Lei 11.419](#), de 19/12/2006, permitindo-se, ao beneficiário da ordem e a seus representantes processuais, acesso e identificação, no próprio ambiente eletrônico do “Sistema Hermes”, dos indicativos técnicos e dos “hashes” dos algoritmos criptográficos usados no procedimento de segurança.

Art. 7º. Os casos omissos serão dirimidos nas respectivas esferas de atuação da Corregedoria-Geral de Justiça, da Secretaria de Estado de Defesa Social e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Art. 8º. Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 9 de junho de 2008.

Desembargador JOSÉ FRANCISCO BUENO
Corregedor-Geral de Justiça

Dr. MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS JÚNIOR
Secretário de Estado de Defesa Social

Dr. MARCO ANTÔNIO MONTEIRO DE CASTRO
Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais